



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

Processo n.º: 224/2020-e**Jurisdicionado:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**Assunto:** Aposentadoria

Ementa: Consultas formuladas pelo Comandante-Geral do CBMDF, em face do advento da Lei federal nº 13.954/19, que, entre outras medidas, estatuiu normas gerais relativas à inatividade dos militares dos Estados e do Distrito Federal, acerca do processamento das seguintes hipóteses de inativação compulsória de bombeiros-militares (na modalidade transferência, ex officio, para reserva remunerada): (i) pelo atingimento de idade-limite de permanência no posto ou graduação em atividade; e (ii) pelo atingimento de requisitos temporais definidos no art. 108 da Lei federal nº 12.086/09 (relacionados a anos de serviço e a tempo de permanência em postos e graduações específicos). Unidade técnica pelo conhecimento e esclarecimentos ao consulente no sentido de que: a) quanto à hipótese de inatividade prevista no art. 108 da Lei Federal nº 12.086/2009, devem ser aplicadas as regras de transição previstas no art. 24-G, I e parágrafo único do Decreto-Lei nº 667/69; b) quanto à hipótese de inatividade pelo atingimento da idade-limite, deve ser observada a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação, em conformidade com o disposto no inc. IV do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei Federal nº 13.954/2019), assegurando-se o recebimento de proventos integrais para os militares que incidirem na hipótese. Ministério Público aquiesce. Voto parcialmente convergente. Pela aplicação das regras de transição estabelecidas no art. 24-G, I e parágrafo único do Decreto-Lei nº 667/69 para a hipótese de inatividade prevista no art. 108 da Lei Federal nº 12.086/2009. Considerando o entendimento adotado pelo Tribunal no Processo nº 2.288/20 (Decisão nº 1.107/20), após o advento da Lei federal 13.954/19, pela manutenção da validade das disposições contidas no artigo 93, inciso I, da Lei federal nº 7.479/1986, com a redação dada pela Lei federal nº 12.086/2009, bem como no artigo 51, inciso III, da Lei federal nº 7.479/86, e no artigo 20, § 3º, da Lei federal nº 10.486/02, até que sobrevenha lei específica sobre o assunto em questão.

Tratam os autos de consultas formuladas pelo Comandante-Geral do CBMDF por meio das quais indaga acerca do processamento de hipóteses de inativação compulsória de bombeiros-militares após o advento da Lei federal nº 13.954, de 16/12/2019.

Objetivamente, a consulta do CBMDF versa sobre os reflexos da referida lei sobre as seguintes hipóteses de inativação do militar:

- 1) a inativação por atingimento de idade-limite prevista no art. 93, alíneas “a”, “b” e “c”, do Estatuto dos Bombeiros Militares do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

CBMDF, aprovado pela Lei federal nº 7.479/1986;

- 2) a inativação compulsória sobre a qual dispõe o art. 108 da Lei nº 12.086/2009.

Com relação ao primeiro tópico, pergunta-se:

“1. A inovação legislativa, introduzida pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que orienta no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, art. 24-A, inciso IV, obsta a aplicação do dispositivo previsto no art. 93, da Lei nº 7.479/86, tendo em vista que sua atual redação não atende aos parâmetros mínimo disposto no art. 98, letra b da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980?

2. Qual a medida jurídica a ser aplicada na hipótese de incidência de militar no art. 93, da Lei 7.479 de 2 de julho de 1986?”

Sobre o segundo tópico, indaga-se:

“1. Se as inovações introduzidas pelo Decreto-Lei 667, de 1969, alteram as regras de transferência para a inatividade referente a aplicação do art. 108, da Lei 12.086/2009, em face do disposto nos art. 24-A e 24-G, do referido Decreto-Lei e quais as medidas aplicadas na hipótese de incidência de militar no referido artigo?”

A análise da matéria encontra-se consubstanciada na Informação nº 38/2020- 2ª DIFIPE.

No exame de admissibilidade, o corpo técnico conclui que *“as consultas foram formuladas por autoridade competente, versam sobre direito em tese, indicam com precisão seus objetos e estão acompanhadas de respectivos pareceres técnico-jurídicos da Administração, considerando-se, pois, cumpridos os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 264 do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 296, de 2016)”*.

Posto isso, o órgão instrutivo adentra o mérito da matéria.

Nesse sentido, sobre a hipótese de inativação por atingimento da idade-limite, a unidade técnica discorre:

28. Primeiramente, entende-se que a repercussão dessas novas regras sobre a hipótese de inatividade em questão deve ser examinada sob duas perspectivas: a primeira, quanto à sua forma de processamento/operacionalização; a segunda, no tocante aos critérios de cálculo da remuneração na inatividade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

29. Com relação à primeira perspectiva, cumpre notar haver prescrição específica no inciso IV do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/69 que, expressamente, excepciona tal modalidade de inativação compulsória, no sentido de que, se prevista, deveria ser disciplinada por lei própria do ente federativo, mas, doravante, passando-se a observar "(...) **como parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação**". (g.n.)

30. Trata-se, efetivamente, de norma geral da União que, decerto, pretende a simetria dos sistemas de proteção dos militares estaduais/distritais em face do correspondente sistema das Forças Armadas, no particular, em relação aos regramentos alusivos à comentada hipótese de inativação compulsória.

31. Nesse ponto, observe-se que a Lei nº 13.954/19, ao alterar o Estatuto dos Militares das FFAA, de que trata a Lei nº 6.880/80, elevou todas as idades-limites de oficiais e praças para transferência *ex officio* para a reserva remunerada.

32. Ao ver deste órgão técnico, dúvida alguma há de que essa alteração repercutirá na legislação militar distrital contrastada (art. 93, inc. I, do EBMDF), porque o inciso IV do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/69 dispõe que o ente federativo deverá observar em relação à vertente hipótese, doravante, **como parâmetro mínimo, as referidas idades-limites**. Confira-se:

"Art. 24-A. Observado o disposto nos arts. 24-F e 24-G deste Decreto-Lei, aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios as seguintes normas gerais relativas à inatividade: (Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)

(...)

IV - a transferência para a reserva remunerada, de ofício, por atingimento da idade-limite do posto ou graduação, se prevista, deve ser disciplinada por lei específica do ente federativo, observada como parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação." (g.n.)

33. A propósito, no quadro comparativo seguinte, discriminam-se as possíveis correlações entre as disposições normativas aplicáveis aos bombeiros-militares distritais e aquelas atualmente fixadas para os membros das FFAA, alusivas à inativação por atingimento da idade-limite na atividade:

EBMDF (c/ redação dada pela Lei nº 12.086, de 2009)	Lei nº 6.880/80 (c/ redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)
Art. 93. A transferência para a reserva remunerada, ex officio, verificar-se-á sempre que o bombeiro-militar incidir nos seguintes casos: I - atingir as seguintes idades-limite:	Art. 98. A transferência de ofício para a reserva remunerada ocorrerá sempre que o militar se enquadrar em uma das seguintes hipóteses: I - atingir as seguintes idades-limites:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

a) para o Quadro de Oficiais Combatentes:	a) na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, para todos os oficiais-generais e para os oficiais dos Corpos, Quadros, Armas e Serviços não incluídos na alínea "b" deste inciso: (...)
1. 62 (sessenta e dois) anos, para o posto de Coronel;	4. 67 (sessenta e sete) anos, nos postos de Capitão de Mar e Guerra e Coronel;
2. 59 (cinquenta e nove) anos, para o posto de Tenente-Coronel;	5. 64 (sessenta e quatro) anos, nos postos de Capitão de Fragata e Tenente-Coronel;
3. 55 (cinquenta e cinco) anos, para os postos de Major e Capitão; e	6. 61 (sessenta e um) anos, nos postos de Capitão de Corveta e Major;
4. 51 (cinquenta e um) anos, para os postos de oficiais subalternos;	7. 55 (cinquenta e cinco) anos, nos postos de Capitão-Tenente, Capitão e oficiais subalternos;
b) para os demais Quadros:	b) (...); no Exército, para os oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), do Quadro de Oficiais Médicos (QOM), do Quadro de Oficiais Farmacêuticos (QOF) e do Quadro de Oficiais Dentistas (QOD); (...)
1. 64 (sessenta e quatro) anos, para o posto de Coronel;	1. 67 (sessenta e sete) anos, nos postos de Capitão de Mar e Guerra e Coronel;
2. 60 (sessenta) anos, para o posto de Tenente-Coronel;	2. 65 (sessenta e cinco) anos, nos postos de Capitão de Fragata e Tenente-Coronel;
3. 59 (cinquenta e nove) anos, para o posto de Major; e	3. 64 (sessenta e quatro) anos, nos postos de Capitão de Corveta e Major;
4. 56 (cinquenta e seis) anos, para os postos Intermediário e Subalterno; e	4. 63 (sessenta e três) anos, nos postos de Capitão-Tenente, Capitão e oficiais subalternos;
c) para Praças:	c) na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, para praças:
1. 59 (cinquenta e nove) anos, para graduação de Subtenente;	1. 63 (sessenta e três) anos, nas graduações de Suboficial e Subtenente;
2. 58 (cinquenta e oito) anos, para graduação de Primeiro-Sargento;	2. 57 (cinquenta e sete) anos, nas graduações de Primeiro-Sargento e Taifeiro-Mor;
3. 57 (cinquenta e sete) anos, para graduação de Segundo-Sargento;	3. 56 (cinquenta e seis) anos, nas graduações de Segundo-Sargento e Taifeiro de Primeira Classe;
4. 56 (cinquenta e seis) anos, para graduação de Terceiro-Sargento; e	4. 55 (cinquenta e cinco) anos, na graduação de Terceiro-Sargento;
5. 54 (cinquenta e quatro) anos, para graduação de Cabos e Soldados;	5. 54 (cinquenta e quatro) anos, nas graduações de Cabo e Taifeiro de Segunda Classe;
	6. 50 (cinquenta) anos, nas graduações de Marinheiro, Soldado e Soldado de Primeira Classe;

34. Atente-se que os limites etários de permanência em atividade para os militares das FFAA, comparativamente com aqueles fixados para os bombeiros-militares distritais, são superiores quando se referem ao círculo de oficiais (para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

todos os postos comparáveis), enquanto, em relação ao quadro de praças, estão balizados a menor, em sua grande maioria (excetuadas as graduações de Subtenente e Cabo, neste caso, igual).

35. De qualquer sorte, pode-se **CONCLUIR** que, em resposta às indagações¹⁶ formuladas pela autoridade consultante no tocante à forma de processamento/operacionalização da hipótese de inativação compulsória de bombeiros-militares (na modalidade transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada), pelo atingimento de idade-limite de permanência no posto ou graduação em atividade, de que trata o artigo 93, inciso I, do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal (aprovado pela Lei nº 7.479/86), com a redação dada pela Lei nº 12.086/09:

- sob a ótica de que compete à União, privativamente, o papel de editar normas gerais sobre matéria previdenciária ("inatividades e pensões") dos militares dos Estados e do Distrito Federal (conf. art. 22, inc. XXI, da Constituição Federal), válidas, pois, nacionalmente, com eficácia plena e aplicabilidade imediata, e que, nos termos do § 4º do art. 24 da Carta Política, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei correspondente aplicada no âmbito dos Estados-membros, no que lhe for contrária, deve ser observada, como parâmetro mínimo, a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação (prevista no inciso I do art. 98 da Lei nº 6.880/80, com a redação dada pela Lei nº 13.954/19), em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei nº 13.954/19).

36. Na situação em tese, significa isso dizer que, nas hipóteses em que a idade-limite estabelecida na Lei nº 6.880/80 para a inativação compulsória em comento for superior àquela prevista no EBMDF, deverá prevalecer a norma prevista no estatuto federal. Por conseguinte, uma vez que atendem suas peculiaridades, sem conflitar com as normas gerais ditadas pela União, permanecem vigentes no inc. I do art. 93 do EBMDF apenas as idades-limites fixadas para praças BM (alínea "c"), excetuando a graduação de Subtenente, porquanto superiores (ou igual, no caso da graduação de Cabo, como dito) àquelas estabelecidas para correspondentes graduações das FFAA (na alínea "c" do inc. I do art. 98 da Lei nº 6.880/80).

37. Oportuno salientar, não obstante, por fidelidade processual, o entendimento que esta e. Corte recentemente firmou em resposta a consulta anterior

do CBMDF (autuada no Processo nº 2288/2020), a respeito de possíveis implicações da Lei nº 13.954/19 no tocante à legislação castrense distrital alusiva à transferência para a reserva remunerada, de ofício, por inclusão em quota compulsória. Ao referendar o voto do ilustre Conselheiro-Relator Márcio Michel, externado, de plano, no sentido de que, por se tratar de hipótese de inatividade compulsória expressamente excepcionada no Decreto-Lei nº 667/69 (no parágrafo único do art. 24-A¹⁷), as alterações promovidas pela Lei nº 13.954/19 não lhe seriam aplicáveis, devendo, no caso, ser disciplinada por lei própria do ente federativo, o Tribunal decidiu esclarecer ao órgão consultante (CBMDF), nos termos do item II.b da Decisão nº 1.107/2020, que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

- "(...) a inativação, de ofício, por inclusão em quota compulsória, independentemente da formação da indicação dos militares, inclusive aquelas decorrentes do artigo 61, § 6º, inciso I, da Lei federal nº 7.289/84, aplicável ao CBMDF por força do artigo da Lei federal nº 11.134/2005, continuam disciplinadas pela legislação em vigor à data de publicação da Lei federal nº 13.954/2019, porquanto não houve revogação expressa nem tácita da norma então vigente (...)".

38. Calha salientar que a sobredita interpretação foi concebida para situação diversa da que se examina na presente consulta, haja vista que, embora ostentem a mesma natureza compulsória e seus respectivos regramentos estejam reservados à legislação do ente federativo, decidiu o legislador federal conferir ao vertente caso tratamento normativo distinto, a ser perfilhado uniformemente por Estados e Distrito Federal (por força da desejada simetria normativa), estabelecendo condicionante não imposta àqueloutra hipótese, no sentido de que seja doravante observada, como parâmetro mínimo, a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação (conf. o inciso IV do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/69, acrescido pela Lei nº 13.954/19).

39. Desse modo, este órgão técnico entende não haver razões jurídicas para alterar as conclusões anteriormente esposadas quanto ao primeiro tema objeto de consulta, razão pela qual o julga superado, passando adiante a ser analisado sob a perspectiva referente aos critérios de cálculo da remuneração na inatividade.

40. Nesse particular, a legislação distrital correspondente estabelece, como direito dos bombeiros-militares, ***"a remuneração calculada com base no soldo integral do posto ou graduação, quando, não contando 30 (trinta) anos de serviço, forem transferidos para a reserva remunerada ex officio, por terem atingido***

a idade-limite de permanecer em atividade no posto ou na graduação". É o que consta no art. 51, inc. III, do EBMDF¹⁸.

41. Observe-se então que, a despeito do cumprimento do tempo mínimo outrora exigido para ingresso voluntário na inatividade remunerada (30 anos), o bombeiro-militar distrital que atingisse a idade-limite de permanência em atividade no posto ou graduação estabelecida na legislação de regência seria compulsoriamente transferido para a inatividade remunerada, sendo-lhe assegurados proventos integrais.

42. Com o advento da Lei nº 10.486/02, que dispôs, integralmente, sobre a remuneração dos militares distritais, vários dos dispositivos constantes dos estatutos castrenses locais que disciplinavam matéria remuneratória em sentido conflitante passaram a não mais ter validade jurídica¹⁹. Porém, este não foi o caso do aludido direito consagrado no art. 51, inc. III, do EBMDF, como se verifica no § 3º do art. 20 daquele superveniente diploma legal:

"CAPÍTULO III

DOS PROVENTOS NA INATIVIDADE

Art. 20. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

(...) § 3º O militar transferido para a reserva remunerada ex officio, por haver atingido a idade limite de permanência em atividade, no respectivo posto ou graduação, **tem direito ao soldo integral.**" (g.n.)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

43. Noutro giro, importa igualmente observar que, no âmbito das FFAA, acerca de idêntica hipótese, também lá se estabelecia o mesmo direito a proventos integrais, e, de igual modo, independentemente de qualquer critério temporal, nos termos do inciso III do art. 50 da Lei nº 6.880/80²⁰.

44. Com a edição da Lei nº 13.954/19, vários direitos consagrados na legislação paradigma federal sofreram alteração, dentre os quais, as hipóteses de inatividade em que se aplicaria a sistemática de cálculo de proventos com base no soldo integral do posto ou da graduação, prevendo-a, entre outras, acerca da situação específica de militar que atingir a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, da seguinte forma:

"(...) Art. 2º A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

'Art. 50.

I-A - a proteção social, nos termos do art. 50-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no soldo integral do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço;

b) por atingir a idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação;

c) por estar enquadrado em uma das hipóteses previstas nos incisos VIII ou IX do caput do art. 98 desta Lei; ou

d) por ter sido incluído em quota compulsória unicamente em razão do disposto na alínea "c" do inciso III do caput do art. 101 desta Lei;

III - o provento calculado com base em tantas quotas de soldo do posto ou da graduação quantos forem os anos de serviço, até o limite de 35 (trinta e cinco) anos, quando tiver sido abrangido pela quota compulsória, ressalvado o disposto na alínea "d" do inciso II do caput deste artigo;

IV - nas condições ou nas limitações impostas por legislação e regulamentação específicas, os seguintes:

(...)" (g.n.)

"Art. 12. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

(...)

§ 1º Para efeitos de cálculo, os proventos são:

I - integrais, calculados com base no soldo; ou

II - proporcionais, calculados com base em quotas do soldo, correspondentes a 1/35 (um trinta e cinco avos) do valor do soldo por ano de serviço.

(...)

§ 3º Faz jus ao soldo integral o militar:

I - transferido para a reserva remunerada de ofício, por haver atingido a idade-limite de permanência em atividade no respectivo posto ou graduação;

II - que esteja enquadrado nas hipóteses previstas nos incisos VIII ou IX do caput do art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares); ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

III - que tenha sido abrangido pela quota compulsória, unicamente em razão do disposto na alínea "c" do inciso III do caput do art. 101 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares). (...) (g.n.)

"Art. 22. Em relação às alterações promovidas pelo art. 2º desta Lei aos incisos II e III do caput do art. 50, ao art. 56 e ao art. 97 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), que tratam do acréscimo de tempo de serviço de 30 (trinta) para 35 (trinta e cinco) anos, são estabelecidas as seguintes regras de transição:

I - o militar da ativa que, na data da publicação desta Lei, contar 30 (trinta) anos ou mais de serviço terá assegurado o direito de ser transferido para a inatividade com todos os direitos previstos na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), até então vigentes; e

II - o militar da ativa que, na data da publicação desta Lei, contar menos de 30 (trinta) anos de serviço deverá cumprir:

a) o tempo de serviço que faltar para completar 30 (trinta) anos, acrescido de 17% (dezessete por cento); e

b) o tempo de atividade de natureza militar de 25 (vinte e cinco) anos nas Forças Armadas, que, em relação aos militares a que se refere o inciso I do caput do art. 97 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), será acrescido de 4 (quatro) meses a cada ano, a partir de 1º de janeiro de 2021, até atingir 30 (trinta) anos." (g.n.)

45. Da análise sistemática dos dispositivos supra negritados, no que interessa à presente análise, vê-se que restou preservado o direito ao soldo integral ao militar das FFAA transferido para a reserva remunerada de ofício, por haver atingido a idade-limite de permanência em atividade no respectivo posto ou graduação, independentemente de qualquer critério temporal, conforme estatuído no art. 50, inc. II, alínea "b", da Lei nº 6.880/80, na redação dada pela Lei nº 13.954/19, e no art. 12, § 3º, inc. I, desse novel diploma.

46. Atente-se que as regras de transição estabelecidas no art. 22 da Lei nº 13.954/19 não se aplicam à hipótese de inativação compulsória de que se trata, pois, embora no *caput* refira-se ao supracitado inciso II do art. 50 da Lei nº 6.880/80, entre outros dispositivos, reporta-se, à toda evidência, àqueles "*que tratam do acréscimo de tempo de serviço de 30 (trinta) para 35 (trinta e cinco) anos*", requisito temporal esse que, como visto, era inexigível para aquela hipótese de inatividade involuntária dos militares federais sob a égide da legislação de regência anterior à Lei nº 13.954/19, e assim segue inalterado, segundo se depreende do atual quadro normativo examinado.

47. Sob essa ótica, e partindo da premissa de que o legislador federal, ao provocar alterações no Decreto-Lei nº 667/69, pretendeu aproximar a normatização do sistema de proteção social das carreiras militares estaduais/distritais das federais²¹, entende-se que as regras de transição dispostas no art. 24-G²² daquele Decreto-Lei (incluído pela Lei nº 13.954/19), de igual modo, não se aplicariam na hipótese de inatividade em comento, sob pena de afastamento da desejada simetria entre os respectivos regramentos previdenciários.

48. Dessarte, quanto à perspectiva relacionada aos critérios de cálculo da remuneração na inatividade, quando esta se der mediante transferência para a reserva remunerada, de ofício, decorrente do atingimento da idade-limite de permanência em atividade no posto ou na graduação, denota-se que o disposto no inc. III do art. 51 do EBMDF (aprovado pela Lei nº 7.479/86) e no § 3º do art. 20 da Lei nº 10.486/02 persiste tendo validade jurídica para os militares do CBMDF, por guardar simetria com regramento correspondente dos militares das FFAA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

49. Antes de encerrar o primeiro tópico sob estudo, colhe-se o ensejo para informar que questionamentos idênticos aos aqui examinados foram também objeto de recente consulta formulada pelo Comando de Gestão e Finanças do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, submetida à apreciação da Procuradoria-Geral daquela unidade federada, havendo sua especializada Procuradoria Administrativa aprovado pronunciamento²³ cuja solução da consulta (em linha convergente, na essência, com as conclusões delineadas na presente peça) consta sintetizada nos seguintes termos:

"(i) de acordo com o art. 24-A, IV, do Decreto-Lei nº 667/69, acrescido pela Lei nº 13.954/19, editada pela União com fulcro em sua competência privativa para estabelecimento de normas gerais de inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares (art. 22, XXI, CF, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/19), as normas estaduais que estabeleçam a transferência do militar para a reserva remunerada, de ofício, por atingimento de idade-limite do posto ou graduação, devem ter por parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação; (ii) por conseguinte, nas hipóteses em que a idade-limite prevista na Lei federal nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) para a transferência, de ofício, para a reserva remunerada, for superior àquela prevista na Lei estadual nº 11.416/91 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado de Goiás), deverá prevalecer a norma prevista no estatuto federal; (iii) contudo, em relação aos bombeiros militares do Estado de Goiás que se encontravam em atividade em 17/12/2019, as normas previstas na Lei estadual nº 11.416/91, inclusive as relativas à transferência de ofício para a reserva remunerada, continuam aplicáveis até 31/12/2021, por força da autorização contida no art. 26 da Lei federal nº 13.954/19, levada a efeito, no âmbito do Estado de Goiás, por meio do Decreto nº 9.590/20; (iv) tendo em vista que a lei federal de normas gerais (Decreto-Lei nº 667/69) nada dispõe sobre a reforma por implemento de idade-limite para permanência na reserva, e que aos entes federados estaduais foi reservada a competência para legislar, por ato próprio e específico, sobre outros assuntos afetos à previdência castrense estadual, desde que não conflitem com as normas gerais estabelecidas nos arts. 24-A, 24-B e 24-C da lei nacional, o Estatuto dos Bombeiros Militar pode, em tese, dispor sobre o assunto de forma diversa da que está prevista no Estatuto dos Militares das Forças Armadas; (v) porém, em razão da necessidade de compatibilização do Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado de Goiás, após 31/12/2021, no que se refere à idade-limite para a transferência, de ofício, para a reserva remunerada, tendo por parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação, as regras concernentes à reforma pelo implemento de idade-limite de permanência na reserva remunerada deverão, por consectário lógico, ser ajustadas aos novos parâmetros etários fixados."

No tocante à segunda questão da consulta, relativa à hipótese de inativação compulsória sobre a qual dispõe o art. 108 da Lei nº 12.086/2009, o órgão instrutivo assim se manifesta:

51. O art. 108 da Lei nº 12.086/09 prevê que o ocupante da última posição da escala hierárquica de cada quadro ou qualificação bombeiro-militar (conforme ali especificado) que permanecer pelo período de 6 (seis) anos no posto ou graduação e contar 30 (trinta) anos ou mais de serviço será transferido para a reserva remunerada, de forma compulsória – *ex officio*. Eis a redação desse dispositivo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

*"Art. 108. Será transferido para a reserva remunerada, ex officio, o militar dos postos definidos nos incisos I a III do § 2º do art. 71 ou da última graduação de cada Quadro ou Qualificação, que possuir 6 (seis) anos de permanência nesse posto ou graduação e contar, cumulativamente, com 30 (trinta) anos ou mais de serviço."*²⁴

52. Observa-se da leitura desse dispositivo que, diferentemente da hipótese de inativação involuntária examinada anteriormente, a que vem agora a exame requer o cumprimento de dois requisitos básicos de natureza temporal, sobrelevando-se, nesta oportunidade, a exigência do perfazimento de 30 anos de serviço²⁵.

53. Nesse particular, de plano, não vislumbramos razões para dissentir da conclusão emanada da Assessoria Jurídico-Legislativa do CBMDF, "(...) no sentido de que o tema discutido atrai a incidência dispositivo [sic] do art. 24-G, I e parágrafo único do Decreto-Lei nº 667, sobre o dispositivo da lei aplicada a esta Corporação, reconhecendo-se a produção de efeitos por força dos preceitos contidos no art. 22, XXI do texto constitucional, para a aplicação da regra transitória, relativamente ao requisito tempo de serviço prestado".

54. Por retratar o pensamento deste corpo instrutivo sobre a matéria, revelando-se, na essência, em consonância com a abordagem preliminar da questão examinada anteriormente, traz-se à colação a esboçada análise realizada pela AJL/CBMDF, a qual se tem por incorporada desde já nesta peça processual e integralmente adotada como fundamento para a resposta à consulta em apreço, *verbis*:

"Recordamos que a intenção revelada pelo poder constituinte derivado, ao promover a alteração do dispositivo do art. 22, XXI, se direcionou ao alargamento dos preceitos constitucionais, ao propósito de permitir a fixação de normas gerais para o tratamento isonômico aos militares dos Estados-Membros em relação aos militares das Forças Armadas, em simetria, para que não se observem discrepâncias no tocante aos requisitos para a inativação e para obtenção do benefício da pensão militar.

Aliás, o Decreto-Lei nº 667/1969 revela e sempre revelou normas gerais, haja vista a sua destinação visando à fixação de regras para a organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, recepcionado que foi pelo sistema constitucional vigente, vocacionado a regular, em âmbito nacional, os contornos previstos no art. 22, XXI da CF.

O dispositivo do art. 108 da Lei nº 12.086/2009 indica o requisito inerente à contagem de tempo de serviço, estando tal dispositivo abrangido pela normatização geral, de modo que a hipótese de inativação foi alcançada pela regra transitória descrita linhas antes, exigindo-se o cumprimento do tempo de serviço faltante para atingir tempo de serviço mínimo de 30 anos, e, mais, o acréscimo previsto de 17% (dezessete por cento). Além disso, em cada caso, para o computo de tempo, será necessário observar a contagem mínima de 25 anos de atividade de natureza militar, bem como, o acréscimo de 4 meses a cada ano faltante para atingir o tempo mínimo exigido pela legislação, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme o disposto no parágrafo único do multicitado art. 24-G.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

Destarte, há de se interpretar o disposto no art. 108 da Lei nº 12.086/2009 com a convicção da incidência do art. 24-G, decerto; até porque, para que se estabeleça tratamento isonômico em relação às demais hipóteses de inativação de militares do Distrito Federal - que tenham ingressado até 31 de dezembro de 2019 mediante enquadramento na modalidade reserva remunerada, para a qual seja exigido atualmente o requisito tempo de serviço mínimo de trinta anos, e, para que se considere a integralidade de proventos, forçada é a conclusão pela incidência da regra transitória, como meio de compatibilizar a hipótese tratada às regras gerais recém editadas.

Enfatize-se que a convicção para a incidência das disposições do art. 24-G parte do pressuposto de a legislação específica aplicável aos militares do Distrito Federal exigir, hodiernamente, na hipótese descrita no art. 108 da Lei nº 12.086/2009, a contagem de tempo de serviço mínimo de trinta anos como um dos requisitos para o enquadramento da situação do Bombeiro-Militar à norma legal em abstrato. Assim compreendido, para a incidência do art. 108 da Lei nº 12.086/2009 serão consideradas as regras transitórias presentes no art. 24-G, inciso I e parágrafo único, do Decreto-Lei nº 667/1969.

A propósito, a comparação entre dispositivos da Lei nº 12.086/2009 (CBMDF) e da Lei nº 6.880/1980 (Estatuto das Forças Armadas), deixa ver que ocorre uma diferenciação no tratamento da situação/modalidade de transferência para a reserva remunerada tratada nestes autos; porquanto, para os militares das Forças Armadas a inativação ocorre considerando

unicamente a contagem de tempo de permanência no posto, conforme demonstra o Quadro abaixo:

<i>Lei n.º 12.086/2009</i>	<i>Lei n.º 6.880/1980</i>
<i>Art. 108. Será transferido para a reserva remunerada, ex officio, o militar dos postos definidos nos incisos I a III do § 2º do art. 71 ou da última graduação de cada Quadro ou Qualificação, que possuir 6 (seis) anos de permanência nesse posto ou graduação e contar, cumulativamente, com 30 (trinta) anos ou mais de serviço.</i>	<i>Art. 98. A transferência de ofício para a reserva remunerada ocorrerá sempre que o militar se enquadrar em uma das seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)</i> <i>[...]</i> <i>IV - ultrapassar o oficial 6 (seis) anos de permanência no último posto da hierarquia de paz de seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço, e, para o Capitão de Mar e Guerra ou Coronel, esse prazo será acrescido de 4 (quatro) anos se, ao completar os primeiros 6 (seis) anos no posto, já possuir os requisitos para a promoção ao primeiro posto de oficial-general;</i>

A noção que se pode extrair da comparação é de que no âmbito das Forças Armadas o planejamento da carreira se dá sob contornos diferenciados, haja vista a atividade desempenhada no Corpo, Quadro, Arma ou Serviço, a quantidade de postos de cada estrutura, etc.

II.a - Resposta ao Questionamento

Se as inovações introduzidas pelo Decreto-Lei 667, de 1969, alteram as regras de transferência para a inatividade referente a aplicação do art. 108, da Lei 12.086/2009, em face do disposto nos art. 24-A e 24-G, do referido Decreto-Lei e quais as medidas aplicadas na hipótese de incidência de militar no referido artigo?



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

Diante das constatações registradas, sob a convicção de que a modalidade de transferência para a reserva remunerada discutida atrai a incidência do disposto no art. 24-G do Decreto-Lei Nº 667/1969, há de se concluir, em resposta ao questionamento formulado que as inovações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 667, de 1969, alteram as regras de transferência para a inatividade referente a aplicação do art. 108, da Lei 12.086/2009, no que diz respeito ao requisito contagem de tempo de serviço.

Não incidem as regras do art. 24-A, de forma direta, relativamente à contagem de tempo de serviço na hipótese tratada (reserva remunerada ex officio), não obstante se ter a noção de que a sistematização adotada a partir das alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019 deixa evidenciado que a inativação a pedido de militar, com proventos integrais, deverá considerar a contagem mínima de trinta e cinco anos de serviço, isso quando não abrangida pela regra do art. 24-G.

Estamos convencidos de que se não aplicada a regra transitória prevista no art. 24-G neste caso, não será viável a inativação do militar com proventos integrais, forçando a conclusão no sentido de não ser possível qualquer inativação de militar com espeque no art. 108 da Lei nº 12.086/2009.

Ora, a exigência contida no dispositivo é para o cumprimento de trinta anos de serviço. Tal requisito somente pode ser aplicado nos exatos termos definidos no art. 108 se a situação enfrentada estiver jungida ao disposto no art. 24-F (regra transitória), para os militares que nela incidiram até 31 de dezembro de 2019. Caso contrário, terá de se aguardar a edição de lei específica para contemplar regramento atualizado visando promover a inativação em outros termos, sendo certo que as regras gerais serão sempre observadas (vide art. 24 e 24-A do Decreto-Lei nº 667/1969).

Deve se ter em mente que não se pode adotar interpretação que induza a criação de regra - tertium genus -, atividade reservada ao Poder Legislativo (art. 21, XIV da CF).

Assim é que para os Bombeiros-Militares que não estejam submetidos aos requisitos previstos no dispositivo até 31 de dezembro de 2019 passa a ser exigido o cumprimento do tempo de serviço faltante para atingir o tempo de serviço mínimo de 30 anos, e, ainda, o acréscimo de 17% (dezessete por cento), conforme o caso. Além disso, em cada caso, para o computo de tempo, será necessário observar a contagem mínima de 25 anos de atividade de natureza militar, bem como, o acréscimo de 4 meses a cada ano faltante para atingir o tempo mínimo exigido pela legislação, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme o disposto no parágrafo único do multicitado art. 24-G." (destaques do original mantidos)

55. Com efeito, os artigos adicionados ao Decreto-Lei nº 667/69 pela Lei nº 13.954/19 veiculam típicas normas de caráter geral relativamente ao direito à inatividade dos militares dos Estados e do Distrito Federal, em exata observância ao que dispõem os artigos 22, inc. XXI, 42, § 1º, e 142, § 3º, inc. X, da Constituição Federal²⁶.

56. Cumpre igualmente salientar que, ao formular normas específicas sobre a matéria, aquele novel diploma federal não excepcionou a hipótese de inativação compulsória em comento, nem lhe reservou qualquer disciplina singular. Logo, deverá ser tratada sob as regras gerais destinadas às situações comuns de inatividade.

57. Noutro giro, não parece factível aplicar à situação vertente (na modalidade compulsória) os critérios remuneratórios estabelecidos no inciso I do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei nº 13.954/19), porquanto se referem ao ingresso **voluntário** (a pedido, pois) na inatividade remunerada, para o qual passou a ser exigido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço²⁷.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

58. Calha observar que esta e. Corte referendou esse mesmo entendimento ao responder à citada consulta de que trata o Processo nº 2288/2020, envolvendo hipótese de inatividade compulsória, segundo o teor do item II.a da Decisão nº 1.107/2020²⁸, cujo fundamento de validade consta sintetizado no seguinte trecho do voto-condutor daquela decisão:

"(...) Desse modo, as alterações promovidas no Decreto-Lei nº 667/69, pela Lei federal nº 13.954/2019, em especial aquelas contidas no artigo 24-A, não se aplicam à transferência de ofício para a reserva remunerada, por inclusão em quota compulsória, seja devido o parágrafo único desse dispositivo dispor que cabe ao respectivo ente federativo disciplinar essa matéria, seja pelo comando inserto no inciso I do artigo 24-A restringir o seu alcance às transferências para a inatividade remunerada a pedido, seja porque os demais incisos do artigo 24-A não se aplicam a quota compulsória, mas a outras situações específicas. (...)" (destaques acrescidos)

59. Nesse diapasão, dúvidas não há de que a hipótese preconizada pelo art. 108 da Lei nº 12.086/09 passou a atrair a incidência dos regramentos presentes no art. 24-G, inciso I, e parágrafo único, do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei nº 13.954/19), que consubstancia regras transitórias para os militares que não houverem completado, até 31/12/2019, o tempo mínimo exigido pela legislação do ente federativo para fins de inatividade com remuneração integral do correspondente posto ou graduação.

60. Insta assinalar que para os bombeiros-militares que tenham cumprido, até 31/12/2019, os requisitos temporais exigidos no art. 108 da Lei nº 12.086/09 para fins de inatividade com remuneração integral do correspondente posto ou graduação, restam assegurados, por força do direito adquirido, os critérios de concessão e de cálculo dos proventos em vigor na data de atendimento dos requisitos, conforme disciplinado no art. 24-F do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei nº 13.954/19).

61. Forte nas considerações anteriormente expendidas, pode-se **CONCLUIR**, em resposta ao questionamento formulado pelo Sr. Comandante-Geral do CBMDF acerca do processamento da inativação compulsória de bombeiros-militares (na modalidade transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada) na forma do art. 108 da Lei nº 12.086/09, após o advento da Lei nº 13.954/19, no sentido de se reconhecer, por força do preceito contido no art. 22, inc. XXI, da Constituição Federal, a produção de efeitos das regras transitórias estipuladas no art. 24-G, inciso I e parágrafo único, do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei nº 13.954/19), relativamente ao requisito de tempo de serviço mínimo exigido na vertente hipótese (30 anos), conforme especificado a seguir:

- para os bombeiros-militares que não tenham cumprido, até 31 de dezembro de 2019, os requisitos temporais exigidos no art. 108 da Lei nº 12.086/09 para fins de inatividade com remuneração integral do correspondente posto ou graduação:
 - I. exige-se o cumprimento do tempo de serviço faltante para atingir o mínimo exigido de 30 (trinta) anos, acrescido de 17% (dezessete por cento), conforme disposto no artigo 24-G, inciso I, do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei nº 13.954/19); e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

- II. cumulativamente**, deve o bombeiro-militar contar no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar, acrescidos de 4 (quatro) meses a cada ano faltante para atingir o tempo mínimo então exigido pela legislação (30 anos), a partir de 1º de janeiro de 2022, limitado a 5 (cinco) anos de acréscimo, conforme estatuído no parágrafo único do artigo 24-G do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei nº 13.954/19).

62. Por derradeiro, à guisa de fecho, parece não haver óbice a que as orientações alvitradas em relação aos questionamentos vertidos nas presentes consultas sejam estendidas aos policiais militares distritais, observadas suas peculiaridades, e no que couber, dada a similitude de regimentos no que tange às hipóteses de inatividade compulsória ora examinadas, conforme se observa na Lei nº 7.289/84²⁹, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Distrito Federal.

Em face do exposto, o corpo técnico sugere ao Plenário:

- I. conhecer das consultas formuladas pelo Comandante-Geral do CBMDF, mediante os Ofícios nº 507/2020 - CBMDF/GABCG, de 16/03/2020 (e-DOC 0253AB44), e nº 567/2020 - CBMDF/GABCG, de 20/03/2020 (e-DOC 6CB10C0E), posto que satisfazem os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 264 do Regimento Interno deste Tribunal;
- II. esclarecer à autoridade consulente que:
 - a) no tocante à hipótese de inativação compulsória de bombeiros-militares (na modalidade transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada), pelo atingimento de idade-limite de permanência no posto ou graduação em atividade, de que trata o artigo 93, inciso I, do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal - EBMDF (aprovado pela Lei federal nº 7.479/86), com a redação dada pela Lei federal nº 12.086/09, sob a ótica de que compete à União, privativamente, o papel de editar normas gerais sobre matéria previdenciária ("inatividades e pensões") dos militares dos Estados e do Distrito Federal (consoante artigo 22, inciso XXI, da Constituição Federal), válidas, pois, nacionalmente, com eficácia plena e aplicabilidade imediata, e que, nos termos do § 4º do art. 24 da Carta Política, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei correspondente aplicada no âmbito dos Estados-membros, no que lhe for contrária:
 - a.1) quanto ao regime jurídico aplicável (especificamente, normas e critérios de processamento):
 - a.1.1) deve ser observada, como parâmetro mínimo, a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação (prevista no inciso I do artigo 98 da Lei federal nº 6.880/80, com a redação dada pela Lei federal nº 13.954/19), em conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 24-A do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei federal nº 13.954/19);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

a.1.2) isso posto, nas hipóteses em que a idade-limite estabelecida na Lei federal nº 6.880/80 for superior àquela prevista no EBMDf, deverá prevalecer a norma prevista no estatuto federal. Por conseguinte, permanecem vigentes as idades-limites fixadas para praças BM (conforme a alínea "c" do inciso I do artigo 93 do EBMDf), exceto quanto à graduação de Subtenente, porquanto superiores (ou igual, no caso da graduação de Cabo) àquelas estabelecidas para correspondentes graduações das Forças Armadas (prescritas na alínea "c" do inciso I do artigo 98 da Lei federal nº 6.880/80), e que atendem as peculiaridades da Corporação distrital sem conflitar com as normas gerais ditadas pela União; e

a.2) quanto aos critérios de cálculo da remuneração na inatividade, em observância à simetria normativa de que trata o artigo 24-H do Decreto-Lei nº 667/69 (acrescido pela Lei federal nº 13.954/19), persiste tendo validade jurídica o disposto no inciso III do artigo 51 do EBMDf (aprovado pela Lei federal nº 7.479/86) e no § 3º do artigo 20 da Lei federal nº 10.486/02, que estabelecem direito a proventos integrais;

b) no tocante à hipótese de inativação compulsória (na modalidade transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada) na forma do artigo 108 da Lei federal nº 12.086/09, após o advento da Lei federal nº 13.954/19, para os bombeiros-militares que não tenham cumprido, até 31 de dezembro de 2019, os requisitos temporais exigidos naquele dispositivo para fins de inatividade com remuneração integral do correspondente posto ou graduação [6 (seis) anos de permanência nesse posto ou graduação e contar, **cumulativamente**, 30 (trinta) anos ou mais de serviço];

b.1) exige-se o cumprimento do tempo de serviço faltante para atingir o mínimo exigido de 30 (trinta) anos, acrescido de 17% (dezessete por cento), conforme disposto no artigo 24-G, inciso I, do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei federal nº 13.954/19); e

b.2) **cumulativamente**, deve contar no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar, acrescidos de 4 (quatro) meses a cada ano faltante para atingir o tempo mínimo outrora exigido pela legislação (30 anos), a partir de 1º de janeiro de 2022, limitado a 5 (cinco) anos de acréscimo, conforme estatuído no parágrafo único do artigo 24-G do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei federal nº 13.954/19);

III. em atenção ao artigo 265 do Regimento Interno do TCDF:

a) dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao órgão consultante, à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal; e

b) autorizar o arquivamento do presente feito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

O Ministério Público junto ao Tribunal, de acordo com o Parecer nº 380/2020-G1P, converge com as conclusões e sugestões contidas na Informação nº 38/2020-2ªDIFIPE.

É o relatório.

VOTO

Tratam os autos de consultas formuladas pelo Comandante-Geral do CBMDF por meio das quais indaga acerca do processamento de hipóteses de inativação compulsória de bombeiros-militares após o advento da Lei federal nº 13.954, de 16/12/2019.

A unidade técnica atesta que “as consultas foram formuladas por autoridade competente, versam sobre direito em tese, indicam com precisão seus objetos e estão acompanhadas de respectivos pareceres técnico-jurídicos da Administração, considerando-se, pois, cumpridos os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 264 do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 296, de 2016)”.

Sendo assim, acompanhando a sugestão do órgão instrutivo, sou por que o Tribunal conheça das consultas.

Posto isso, passo ao exame de mérito.

Objetivamente, a consulta do CBMDF versa sobre os reflexos da Lei federal nº 13.954/2019 sobre as seguintes hipóteses de inativação do militar:

- 1) a inativação por atingimento de idade-limite prevista no art. 93, alíneas “a”, “b” e “c”, do Estatuto dos Bombeiros Militares do CBMDF, aprovado pela Lei federal nº 7.479/1986;
- 2) a inativação compulsória sobre a qual dispõe o art. 108 da Lei federal nº 12.086/2009.

Com relação ao primeiro ponto, pergunta-se:

“1. A inovação legislativa, introduzida pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que orienta no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, art. 24-A, inciso IV, obsta a aplicação do dispositivo previsto no art. 93, da Lei nº 7.479/86, tendo em vista que sua atual redação não atende aos parâmetros mínimo disposto no art. 98, letra b da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980?

2. Qual a medida jurídica a ser aplicada na hipótese de incidência de militar no art. 93, da Lei 7.479 de 2 de julho de 1986?”

Sobre o segundo tópico, indaga-se:

“1. Se as inovações introduzidas pelo Decreto-Lei 667, de 1969,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

alteram as regras de transferência para a inatividade referente a aplicação do art. 108, da Lei 12.086/2009, em face do disposto nos art. 24-A e 24-G, do referido Decreto-Lei e quais as medidas aplicada na hipótese de incidência de militar no referido artigo?"

A hipótese do art. 108 da Lei nº 12.086/2009, objeto do segundo tópico, prevê a transferência para a reserva remunerada, de ofício, do militar que possuir 6 (anos) de permanência nos postos ou graduações e contar, cumulativamente, com 30 (trinta) anos ou mais de serviço.

Nesse caso, as opiniões da Assessoria Jurídico-Legislativa do CBMDF, da Unidade Técnica e do Órgão Ministerial convergem para aplicação, à hipótese, das regras de transição previstas no art. 24-G, inc. I e parágrafo único do Decreto-Lei nº 667/69. Esse igualmente é o meu entendimento.

No que se refere à inativação por atingimento de idade-limite, objeto da primeira questão da consulta, a inovação legislativa trazida pela Lei nº 13.954/2019 diz respeito à introdução do art. 24-A, inc. IV, no Decreto-Lei nº 667/1969, cuja redação é a seguinte:

"Art. 24-A. Observado o disposto nos arts. 24-F e 24-G deste Decreto-Lei, aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios as seguintes normas gerais relativas à inatividade: (Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)

(...)

IV - a transferência para a reserva remunerada, de ofício, por atingimento da idade-limite do posto ou graduação, se prevista, deve ser disciplinada por lei específica do ente federativo, observada como parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação."

Quanto ao referido ponto, a unidade técnica desdobra a análise em duas perspectivas: a primeira, quanto à forma de processamento/operacionalização; a segunda, no tocante aos critérios de cálculo da remuneração na inatividade.

Sobre o cálculo da remuneração, a conclusão do órgão instrutivo, com a qual anui o *Parquet* Especial, é de que restou preservado o direito à remuneração com base no soldo integral do posto ou graduação. Ou seja, permanecem vigentes as disposições do inc. III do art. 51 do EBMDF (aprovado pela Lei nº 7.479/1986) e do § 3º do art. 20 da Lei nº 10.486/02, que guardam simetria com o regramento correspondente dos militares das Forças Armadas, assentado no art. 50, inc. II, alínea "b", da Lei nº 6.880/1980, com as alterações promovidas por meio do art. 2º da Lei nº 13.954/2019. Também não tenho reparos à conclusão do corpo técnico.

No que se refere à forma de processamento/operacionalização da hipótese de inativação por atingimento de idade-limite, o órgão instrutivo considera que, por força do inciso IV do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/1969 (incluído pela Lei nº 13.954/2019), deve ser observada como parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação. Segundo esclarece a instrução:

36. *Na situação em tese, isso significa que, nas hipóteses em que a*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

idade-limite estabelecida na Lei nº 6.880/80 para a inativação compulsória em comento for superior àquela prevista no EBMDF, deverá prevalecer a norma prevista no estatuto federal. Por conseguinte, uma vez que atendem suas peculiaridades, sem conflitar com as normas gerais ditadas pela União, permanecem vigentes no inc. I do art. 93 do EBMDF apenas as idades-limites fixadas para praças BM (alínea “c”), excetuando a graduação de Subtenente, porquanto superiores (ou igual, no caso da graduação de Cabo, como dito) àquelas estabelecidas para correspondentes graduações das FFAA (na alínea “c” do inc. I do art. 98 da Lei nº 6.880/80).

Aqui, cabe chamar atenção para o fato de o inc. IV do 24-A do Decreto-Lei nº 667/1969 ter reservado à lei específica o disciplinamento da hipótese de transferência para a reserva remunerada, de ofício, por atingimento da idade-limite do posto ou graduação. Igual tratamento foi conferido à situação de transferência para a reserva remunerada, de ofício, por inclusão em quota compulsória (art. 24-A, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 667/1969).

Nesse ponto, destaco a preocupação da unidade técnica em diferenciar uma hipótese da outra, notadamente em razão do entendimento firmado pelo Tribunal no Proc. nº 2288/2020, consoante excertos da instrução abaixo transcritos:

37. *Oportuno salientar, não obstante, por fidelidade processual, o entendimento que esta e. Corte recentemente firmou em resposta a consulta anterior do CBMDF (autuada no Processo nº 2288/2020), a respeito de possíveis implicações da Lei nº 13.954/19 no tocante à legislação castrense distrital alusiva à transferência para a reserva remunerada, de ofício, por inclusão em quota compulsória. Ao referendar o voto do ilustre Conselheiro-Relator Márcio Michel, externado, de plano, no sentido de que, por se tratar de hipótese de inatividade compulsória expressamente excepcionada no Decreto-Lei nº 667/69 (no parágrafo único do art. 24-A17), as alterações promovidas pela Lei nº 13.954/19 não lhe seriam aplicáveis, devendo, no caso, ser disciplinada por lei própria do ente federativo, o Tribunal decidiu esclarecer ao órgão consulente (CBMDF), nos termos do item II.b da Decisão nº 1.107/2020, que:*

- “(...) a inativação, de ofício, por inclusão em quota compulsória, independentemente da formação da indicação dos militares, inclusive aquelas decorrentes do artigo 61, § 6º, inciso I, da Lei federal nº 7.289/84, aplicável ao CBMDF por força do artigo da Lei federal nº 11.134/2005, continuam disciplinadas pela legislação em vigor à data de publicação da Lei federal nº 13.954/2019, porquanto não houve revogação expressa nem tácita da norma então vigente (...)”.

38. *Calha salientar que a sobredita interpretação foi concebida para situação diversa da que se examina na presente consulta, haja vista que, embora ostentem a mesma natureza compulsória e seus respectivos regramentos estejam reservados à legislação do ente federativo, decidiu o legislador federal conferir ao vertente caso tratamento normativo distinto, a ser perfilhado uniformemente por Estados e Distrito Federal (por força da desejada simetria normativa), estabelecendo condicionante*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

não imposta àqueloutra hipótese, no sentido de que seja doravante observada, como parâmetro mínimo, a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação (conf. o inciso IV do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/69, acrescido pela Lei nº 13.954/19).

39. Desse modo, este órgão técnico entende não haver razões jurídicas para alterar as conclusões anteriormente esposadas quanto ao primeiro tema objeto de consulta, razão pela qual o julga superado, passando adiante a ser analisado sob a perspectiva referente aos critérios de cálculo da remuneração na inatividade.

Efetivamente, no Proc. nº 2288/2020, a propósito da inativação por inclusão na quota compulsória, discutiu-se a interpretação da Instrução Normativa nº 05, de 15/01/2020, editada por força do art. 27 da Lei nº 13.954/2019, cujos excertos de interesse para a presente análise são transcritos a seguir:

“CAPÍTULO II

NORMAS GERAIS RELATIVAS À INATIVIDADE

Proventos na inatividade remunerada

Art. 2º Os proventos do militar transferido para a inatividade remunerada a pedido serão:

I - integrais, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos de exercício de atividade de natureza militar; ou

II - proporcionais, com base em tantas quotas de remuneração do posto ou da graduação quantos forem os anos de serviço, se transferido para a inatividade sem atingir o referido tempo mínimo.

Art. 3º Os proventos do militar reformado por invalidez decorrente do exercício da função ou em razão dela são integrais.

Art. 4º A remuneração do militar transferido para a inatividade remunerada, salvo direito adquirido, será calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que o militar possuir por ocasião dessa transferência.

Art. 5º Se for prevista a transferência para a reserva remunerada, de ofício, por atingimento da idade-limite do posto ou graduação ou por inclusão em quota compulsória, sua disciplina será feita por lei do ente federativo, observado o disposto nos arts. 2º e 4º.

Parágrafo único. A idade-limite do posto ou graduação terá como parâmetro mínimo a estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação.”

Segundo concluiu o órgão instrutivo naquela oportunidade, “deflui-se do teor do art. 5º supratranscrito que, na hipótese de transferência para a reserva remunerada, de ofício, por inclusão em quota compulsória, deverá ser observado o disposto no art. 2º (além do art. 4º), que remete à configuração dos proventos de militar transferido para a inatividade remunerada a pedido (integrais ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

proporcionais) ... Daí a sugestão de, em resposta à consulta formulada pelo CBMDF, informar à corporação que:

“(…)

*2) a partir da vigência da Lei nº 13.954/19, para fins de configuração dos proventos decorrentes de transferência para a reserva remunerada mediante inclusão em quota compulsória, aplica-se, em observância à simetria normativa de que trata o art. 24-H do Decreto-Lei nº 667/69, a regra geral relativa à inatividade disposta no inciso I de seu art. 24-A, consoante orientações preconizadas nos artigos 2º, 4º e 5º, **caput**, da Instrução Normativa nº 05, de 15 de janeiro de 2020, editada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia com esteio na competência delegada de que trata o artigo 9º da Lei nº 9.717/98 e, ainda, no uso da prerrogativa constante do artigo 27 da sobredita Lei nº 13.954/19;”*

Em outras palavras, segundo o entendimento do órgão instrutivo, não seria necessário esperar a edição da lei específica de que trata o parágrafo único do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/1969 para aplicar as disposições do art. 5º da Instrução Normativa nº 05, de 15 de janeiro de 2020, que remetem ao tratamento pela regra geral relativa à inatividade inserta no inc. I do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667/1969.

Entretanto, o Relator, Conselheiro Márcio Michel, discordou de tal entendimento, oferecendo as seguintes ponderações:

No tocante à Instrução Normativa no 05, de 15.01.2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia - SEPT/ME, que estabelece orientações a respeito das normas gerais de inatividade e pensões e das demais disposições relativas aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecidas pela Lei nº 13.954/2019, mediante alteração do Decreto-Lei nº 667/1969, considero que suas disposições robustecem o entendimento até aqui apresentado.

*Nesse sentido, ao estabelecer orientações referentes à transferência para a reserva remunerada, **de ofício**, por inclusão em quota compulsória, o artigo 5º da mencionada Instrução Normativa dispõe que a “**sua disciplina será feita por lei do ente federativo**”, nos termos do preconizado no parágrafo único do artigo 24-A do Decreto-Lei no 667/69, incluído pela Lei federal no 13.954/2019, in verbis:*

*Art. 5º Se for prevista a transferência para a reserva remunerada, de ofício, por atingimento da idade-limite do posto ou graduação ou por inclusão em quota compulsória, sua disciplina **será feita** por lei do ente federativo, observado o disposto nos arts. 2º e 4º*

*Parágrafo único. A idade-limite do posto ou graduação **terá** como parâmetro mínimo a estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação.*

(Grifei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

*Assim, a meu sentir, a orientação da SEPT/ME contida no artigo 5º supratranscrito claramente aponta para o futuro ao empregar a expressão “**será feita**”, servindo de diretriz para o ente federativo quando for disciplinar por lei a transferência para a reserva remunerada, de ofício, por inclusão em quota compulsória.*

*Além do mais, a expressão “**observado o disposto nos arts. 2º e 4º**”, não tem vida própria, vale dizer, não pode ser interpretada sem se levar em conta todo o dispositivo normativo, visto que se trata de uma oração acessória, e, por conseguinte, depende da principal para surtir o efeito contido na norma.*

Dessa forma, a orientação da SEPT/ME indica que a disciplina - da transferência para a reserva remunerada, de ofício, por inclusão em quota compulsória - será feita em lei do ente federativo, oportunidade em que se deverá observar o disposto nos artigos 2º e 4º daquela Instrução Normativa. (grifos do original)

Nessa esteira, de acordo com o voto do Relator, o Tribunal deliberou, entre outras orientações, por esclarecer ao consulente que não se aplicam, em relação à inatividade por quota compulsória, de ofício, as regras contidas “*nos artigos 2º e 4º da Instrução Normativa nº 05/2020, da SEPT/ME, porque a orientação constante do artigo 5º dessa Instrução é no sentido de que a disciplina - da transferência para a reserva remunerada, de ofício, por inclusão em quota compulsória - será feita em lei do ente federativo, oportunidade em que se deverá observar o disposto nos mencionados artigos 2º e 4º*” (Decisão nº 1107/2020, item II, a, 2).

Antes de chegar ao ponto que me motivou a fazer um histórico do Proc. nº 2288/2020, abro um parêntese para esclarecer que o art. 5º da aludida Instrução Normativa também estabelece a observância dos arts. 2º e 4º para a hipótese de inativação por atingimento da idade-limite. A despeito disso, como a unidade técnica evidenciou com propriedade, nesse caso, restou preservado o direito à remuneração com base no soldo integral do posto ou graduação, inclusive pela manutenção do mesmo direito para os militares das Forças Armadas, garantido no art. 50, inc. II, alínea “b”, da Lei nº 6.880/1980, com as alterações promovidas por meio do art. 2º da Lei nº 13.954/2019.

Não fosse assim, como alertou o ilustre Conselheiro Inácio Magalhães atuando como Revisor no Proc. nº 2288/2020, “*a observância pelo ente federativo do art. 2º da Instrução Normativa SEPT/ME n.º 05/2020, nessa hipótese [inativação por atingimento de idade-limite], levaria a uma assimetria com as Forças Armadas, porquanto teríamos proventos de inatividade nos Estados e no DF diferentes na mesma situação jurídica ...*”.

Posto isso, esclareço que a razão pela qual discorri sobre os desdobramentos do Proc. nº 2288/2020 se deve à minha percepção de que – ao contrário do entendimento da unidade técnica – os citados autos têm com o presente processo mais semelhanças do que diferenças, no que concerne ao tratamento a ser conferido às hipóteses de inativação por inclusão em quota compulsória e por atingimento da idade-limite.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

Em ambas as situações, a Lei nº 13.954/2019 reservou a disciplina da matéria para lei específica; no caso da quota compulsória, observado o disposto nos arts, 2º e 4º da Instrução Normativa SEPT/ME nº 05/2020 (art. 5º da mesma IN); no caso da inativação por atingimento da idade-limite, considerada como parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação (inc. IV do 24-A do Decreto-Lei nº 667/1969).

Com relação à quota compulsória, restou assentado no voto condutor da Decisão nº 1107/2020, proferida no Proc. nº 2288/2020, que a orientação contida no art. 5º da Instrução Normativa SEPT/ME nº 05/2020 *“claramente aponta para o futuro ao empregar a expressão ‘será feita’”,* e que a expressão *“observado o disposto nos arts. 2º e 4º não tem vida própria”*.

Aplicando a mesma lógica à hipótese de inativação por atingimento de idade-limite, é forçoso concluir que também aponta para o futuro a regra do inc. IV do 24-A do Decreto-Lei nº 667/1969 e, igualmente, não tem vida própria a expressão *“observada como parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação”*, constante daquele dispositivo.

Destarte, levando em conta o entendimento que prevaleceu no Proc. nº 2.288/2020 (Decisão nº 1.107/20), após o advento da Lei federal 13.954/19, concluo que permanecem válidas as disposições contidas no artigo 93, inciso I, da Lei federal nº 7.479/1986, com a redação dada pela Lei federal nº 12.086/2009, bem como no artigo 51, inciso III, da Lei federal nº 7.479/86, e no artigo 20, § 3º, da Lei federal nº 10.486/02, até que sobrevenha lei específica sobre o assunto em questão.

Nesse contexto, resumindo as questões postas na presente consulta, entendo que:

- 1) aplica-se à hipótese prevista no art. 108 da Lei nº 12.086/2009 (inativação compulsória pelo atingimento de requisitos temporais relacionados a anos de serviço e a tempo de permanência em postos e graduações específicos), as regras de transição previstas no art. 24-G, I e parágrafo único do Decreto-Lei nº 667/69;
- 2) no que se refere à hipótese de inativação por atingimento de idade-limite, considerando o entendimento adotado pelo Tribunal no Processo nº 2.288/20 (Decisão nº 1.107/20), após o advento da Lei federal 13.954/19, permanecem válidas as disposições contidas no artigo 93, inciso I, da Lei federal nº 7.479/1986, com a redação dada pela Lei federal nº 12.086/2009, bem como no artigo 51, inciso III, da Lei federal nº 7.479/86, e no artigo 20, § 3º, da Lei federal nº 10.486/02, até que sobrevenha lei específica sobre o assunto em questão.

Por fim, não vislumbro óbice a que os entendimentos ora propostos sejam estendidos aos policiais militares do Distrito Federal, haja vista a similitude dos regramentos no que tange às hipóteses de inatividade compulsória ora examinadas, consoante evidenciado no § 62 da Informação nº 38/2020-2ª DIFIPE.

Em face do exposto, em parcial harmonia com os Órgãos Técnico e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

Ministerial, VOTO por que o egrégio Plenário:

- I. conheça das consultas formuladas pelo Comandante-Geral do CBMDF, mediante os Ofícios nº 507/2020 - CBMDF/GABCG, de 16/03/2020 (e-DOC 0253AB44), e nº 567/2020 - CBMDF/GABCG, de 20/03/2020 (e-DOC 6CB10C0E), posto que satisfazem os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;
- II. esclareça à autoridade consulente que:
 - a) no tocante à hipótese de inativação compulsória de bombeiros militares (na modalidade transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada), pelo atingimento de idade-limite de permanência no posto ou graduação em atividade, de que trata o artigo 93, inciso I, do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal – EBMDf, aprovado pela Lei federal nº 7.479/86, com a redação dada pela Lei federal nº 12.086/09, após o advento da Lei federal nº 13.954/19, mais especificamente o artigo 24-A e os incisos I e IV desse artigo acrescidos ao Decreto-Lei nº 667/69 por essa novel lei, permanecem válidas as disposições contidas no artigo 93, inciso I, do EBMDf, aprovado pela Lei federal nº 7.479/86, com a redação dada pela Lei federal nº 12.086/09, relativamente aos critérios de transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada, pelo atingimento de idade-limite do militar na atividade, bem como no artigo 51, inciso III, do EBMDf, aprovado pela Lei federal nº 7.479/86, e no artigo 20, § 3º, da Lei federal nº 10.486/02, relativamente ao cálculo da remuneração na inatividade do militar enquadrado nessa situação, até que sobrevenha lei específica sobre o assunto em questão, a qual deverá observar, como parâmetro mínimo, a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação;
 - b) quanto à hipótese de inativação compulsória (na modalidade transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada) na forma do art. 108 da Lei federal nº 12.086/09, após o advento da Lei Federal nº 13.954/19, para os bombeiros-militares que não tenham cumprido, até 31 de dezembro de 2019, os requisitos temporais exigidos naquele dispositivo para fins de inatividade com remuneração integral do correspondente posto ou graduação [6 (seis) anos de permanência nesse posto ou graduação e contar, cumulativamente, 30 (trinta) anos ou mais de serviço]:
 - b.1) exige-se o cumprimento do tempo de serviço faltante para atingir o mínimo exigido de 30 (trinta) anos, acrescido de 17% (dezessete por cento), conforme disposto no art. 24-G, inciso I, do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei federal nº 13.954/19); e
 - b.2) cumulativamente, deve contar no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar, acrescidos de 4 (quatro) meses a cada ano faltante para atingir o tempo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 224/2020

Rubrica: _____

mínimo outrora exigido pela legislação (30 anos), a partir de 1º de janeiro de 2022, limitado a 5 (cinco) anos de acréscimo, conforme estatuído no parágrafo único do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667/69 (incluído pela Lei federal nº 13.954/19);

III. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao órgão consulente, à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal; e

IV. autorize o arquivamento do presente feito.

Brasília, em 24 de junho de 2020.

MANOEL DE ANDRADE

Relator